

O que delega uma mãe? O feminino e o cristão no discurso sobre a maternidade

Marina Maria da Glória Gomes¹
Thiago César da Costa Carneiro²

Resumo: Neste artigo, apresentamos uma discussão em razão do discurso sobre a maternidade veiculado em publicações da rede social *Instagram*. A fim de sustentar teoricamente o percurso a ser desenvolvido, partimos de noções da análise de discurso materialista com filiação em Michel Pêcheux, como memória, pré-construído, formação discursiva, sujeito, noções discutidas majoritariamente por Pêcheux (2014, 2015), Stübe (2008), Orlandi (2009) bem como outras teorizações da Análise de Discurso. O nosso *corpus* discursivo foi composto por sequências discursivas advindas do perfil A maternidade em mim, no *Instagram*, nas quais constatamos como funciona o atravessamento da memória e do divino-cristão na constituição de sentidos nas discursividades analisadas, o que retorna, em nossas análises, pela consideração da maternidade como um dom divino. Nesse movimento de análise, compreendemos que a menção ao divino-cristão funciona de forma semelhante à como Godoy (2019) entende a delegação discursiva, expressão que a autora atribui ao gesto de atribuir, a um o/Outro, a necessidade de realização de um ato, que, em nosso caso, se volta à representação divina.

PALAVRAS-CHAVE: Maternidade. Memória. Cristão.

Abstract: In this scientific paper, we introduce a discussion regarding the discourse about motherhood embodied on *Instagram* publishings. Aiming to sustain theoretically the to-be-developed path, we make use of notions from material discourse analysis based on Michel Pêcheux, such as memory, the pre-constructed, discursive formation, subject, topics discussed by Pêcheux (2014, 2015), Stübe (2008), Orlandi (2009) likewise other Discourse Analysis theories. The discursive *corpus* was composed by discursive sequences from the *Instagram* profile A maternidade em mim, which has demonstrated how the memory crossing and the holy-christian works in the construction of meanings in the analysed discourses, which returns, in our analysis, by the consideration of motherhood as a divine gift. In this movement of analysis, we understand that the mention of the divine-Christian works in a similar way to how Godoy (2019) understands the discursive delegation, an expression that the author attributes to the gesture of attributing, to an other, the need to carry out a act, which, in our case, turns to divine representation.

KEYWORDS: Motherhood. Memory. Christian.

¹ Doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mestra em Linguística e graduada em Letras-Espanhol (Licenciatura) também pela UFPE. Desenvolve pesquisas na perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha pecheuxtiana, com ênfase no ensino de línguas e é integrante do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV-CNPq). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1723-4087>

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco e graduado em Letras - Português (Licenciatura), atuando como Editor Assistente da Revista Investigações (PPGL/UFPE) e como aluno-pesquisador do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV/CNPq) e do Grupo de Estudos do Texto (GESTO/CNPq), desenvolvendo pesquisas na Análise do Discurso de filiação pecheuxtiana, com ênfase no discurso das/nas mídias sociais digitais, sujeito, ideologia. Bolsista CAPES Código 001. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9631-3981>.

1. Introdução

Mãe. Um significante que, tomado por sua literalidade linguístico-estrutural, tem seus sentidos imobilizados pela dicionarização, a qual o trata como aquela que engravidou e, logo, deu à luz, ou cria filhos(as). Apesar de supostamente não haver divergências do que é empiricamente *ser* mãe, os sentidos outros em torno do significante *maternidade*³ entram em embate por discursos e memórias a eles associadas de acordo com as condições de produção em que circulam e a partir das posições daqueles que a sustentam (PÊCHEUX, 2014).

Com a expansão da *internet* na maioria das sociedades contemporâneas, as redes sociais ganharam um espaço que cruza a fronteira do estritamente virtual e produz sentidos fora dela. Partindo desse ponto em específico, mulheres cis⁴ usam do espaço que lhes é concedido para compartilhar suas trajetórias acerca da maternidade.

É debruçando-nos sobre essas narrativas que pretendemos, neste artigo, analisar como a memória discursiva sobre a maternidade passa por atualizações na rede social Instagram. Para tanto, contaremos com o suporte teórico e metodológico da Análise de Discurso (doravante AD) pecheuxtiana e do diálogo com outros autores. Para o desenvolvimento das análises, apoiar-nos-emos nas seções teóricas a fim de compreender como o trabalho com o ideológico se materializa nas práticas sociais ao mesmo tempo em que está sempre no simbólico, fazendo retornar os sentidos sociohistoricamente já estabelecidos, que aparecem ao sujeito como verdades irrefutáveis.

2. Interdiscurso, pré-construído e memória⁵

*El olvido está tan lleno de
memoria que a veces no caben
las remembranzas y hay que
tirar rencores por la borda
en el fondo el olvido es un gran
simulacro nadie sabe si puede/
aunque quiera / olvidar*

Mario Benedetti, El olvido está lleno de memoria.

A partir de Benedetti, entendemos que há sentidos inalcançáveis ao sujeito. Como citado pelo poeta, o esquecimento está cheio de memória, constituída por silenciamentos e interdições do dizer, mas também pela retomada e regularização de sentidos que estarão em jogo. Então, a concepção de memória à qual nos referimos não é a memorização psicológica ou mesmo memória individual, mas a noção de memória discursiva, essencialmente sociohistórica.

³ Mesmo que, neste trabalho, haja referência ao significante mãe e que, inevitavelmente, haja certa relação de sentido com “maternidade”, debruçar-nos-emos sobre o significante *maternidade*.

⁴ Neste trabalho, detemo-nos à cisgenericidade tendo em vista a regularidade com a qual perfis dessa ordem aparecem na rede social. De acordo com Simakawa (2015, p. 61), “[...] a cisgenericidade é um conceito composto pelas compreensões socioculturais ocidentais e ocidentalizadas de gênero tidas como naturais, normais e biológicas, que são por sua vez as compreensões que fundamentam as leituras sobre vivências e corpos em termos de gênero.”

⁵ A discussão sobre interdiscurso, pré-construído e memória foi melhor desenvolvida em trabalhos anteriores (GOMES, 2019).

Indursky (2011) chama atenção para o fato de que, embora a expressão *memória discursiva* não estivesse presente nos textos fundadores da AD, sua reflexão encontrava lugar na teoria através de outras designações, como o interdiscurso e o pré-construído. É comum que as referidas noções sejam confundidas ou tomadas umas pelas outras, portanto trataremos discussões a fim de elucidar a relação entre os conceitos. A noção de interdiscurso, então, pode ser pensada a partir de Courtine (2009):

o interdiscurso é o lugar no qual se constituem, para um sujeito falante, produzindo uma sequência discursiva dominada por uma FD determinada, os objetos de que esse sujeito enunciador se apropria para deles fazer objeto do seu discurso, assim como articulações entre esses objetos, pelos quais o sujeito enunciador vai dar uma coerência à sua declaração, no que chamaremos, depois de Pêcheux (1975), *intradiscurso* da sequência discursiva que ele anuncia (*ibidem*, p. 74).

É no interdiscurso que se encontram os sentidos possíveis para a produção discursiva, contudo nem todos os dizeres estão disponíveis para o sujeito, já que, apenas nas formações discursivas, ele encontra restrições para o seu dizer. Logo, poderíamos considerar que as formações discursivas estão para o interdiscurso como um filtro que regula o que está autorizado ao sujeito dizer.

É assim que reproduzimos os discursos com *efeitos de verdade*: no interior de uma Formação Discursiva (doravante FD), o sujeito tem acesso ao pré-construído – aquilo que chega até nós como realidade, as evidências de verdade – e, dessa construção, apropria-se para se inscrever no *intradiscurso*, o que pode ser compreendido como o lugar da formulação dos sentidos que foram “filtrados” pela FD no *interdiscurso*. Para melhor esclarecer o trabalho do pré-construído, retomamos Courtine (2009):

Trata-se do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático: um elemento do interdiscurso nominaliza-se e inscreve-se no intradiscurso sob a forma de pré-construído, isto é, como se esse elemento já se encontrasse ali. O pré-construído remete assim às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: — o que cada um sabe e simultaneamente — o que cada um pode ver em uma dada situação (*ibidem*, p. 74).

Entendemos, portanto, que o pré-construído é o modo como o interdiscurso faz-se presente no intradiscurso, que remete à impressão de obviedade em relação aos sentidos que se instalam ao sujeito como um *sempre já-lá*, isto é, como o que é aceitável de se dizer sobre determinados saberes. Como citado, as noções de interdiscurso, intradiscurso e pré-construído estão relacionadas e levam-nos, também, à noção de memória.

Partindo para os estudos sociológicos, mais especificamente a partir das leituras de Halbwachs (2013), deparamo-nos com a noção de *memória coletiva*. Para ele, a memória individual é sempre perpassada pela memória do outro. Não se negando a memória individual, mas considerando que a memória de cada indivíduo é forjada na coletividade. Halbwachs (2013) acrescenta que “[a memória coletiva] é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (*ibidem*, p. 102, acréscimo nosso).

O historiador Norra (1993) distingue *memória* de *história* afirmando que “A memória é a vida... aberta à dialética da lembrança e do esquecimento... A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é sempre um fenômeno atual, um elo vivido no eterno presente” (*ibidem*, p. 9). A memória opõe-se à história por seu caráter dinâmico e por seu elo com o presente, não fechada em

si mesma, mas retornando por meio de reformulações, deslocamentos e repetições, regulando lembranças e esquecimentos.

A partir dessas compreensões, partiremos para as reflexões sobre a memória discursiva no campo da AD pecheuxiana. Baseando-nos em Courtine (2009), afirmamos que “a noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (*ibidem* p. 106). Em outras palavras, a noção de memória, em uma perspectiva discursiva, busca entender como determinados enunciados cristalizam-se, regularizando sentidos que retornam através de paráfrases e deslocamentos. Com vistas a exemplificar as noções discutidas, tomaremos a tirinha de Mafalda para pensar como atua o pré-construído sobre o papel da mulher na sociedade.

Figura 1 – Tirinha Susanita



Fonte: Globo.com (2012)⁶.

As personagens partem de uma discussão sobre a relação entre o papel da mulher e as tarefas domésticas. Susanita cria a expressão *mujerez* como uma característica própria, intrínseca às mulheres. Para ela, as mulheres, apesar de poderem abdicar das tarefas domésticas por questões de *status*, carregam a vocação para tal, já que existiriam funções e habilidades próprias para mulheres e outras para homens.

É importante pontuar que a manutenção desse imaginário de *feminilidade* sobre a determinação da mulher como aquela que cuida da casa é a reafirmação de que isso vale mais para quem tem menor poder aquisitivo. Observamos, então, que a estratificação social também afeta esse campo de saber, ou seja, a luta de classes também diz o que e como deve ser uma mulher. Todavia, aquelas que não podem pagar pelo serviço de uma empregada doméstica carregam uma suposta “natural” vocação/obrigação para/com os cuidados domésticos.

Com uma breve análise, podemos considerar que essa tirinha retoma questões que estão estabelecidas na sociedade e sustentadas por uma memória acerca do papel da mulher e a feminilidade, o “dom” que lhes é concedido. No interdiscurso, estão os dizeres possíveis sobre a mulher; dentre os quais, poderíamos estabelecer a seguinte relação: mulher – feminina, recatada, casta até o casamento, habilidosa com trabalhos manuais, prendada, nasce para ser mãe, cuida da família, submissa, *etc.*

Consideremos, que, no interdiscurso, há inúmeras outras possibilidades de dizeres

⁶ Disponível em: <http://educacao.globo.com/provas/enem-2012/questoes/94-espanhol.html>. Acesso em: 5 jul. 2020.

sobre a mulher, porém as características mencionadas acima são os sentidos autorizados pela FD na qual o sujeito está inscrito. Através do recorte que a FD faz do interdiscurso, temos acesso ao pré-construído, saberes que chegam até nós como verdades inquestionáveis, por exemplo: você deveria sentar como uma mocinha!; cozinha bem, logo, já está pronta para casar; isso é coisa para mulher fazer, vocês têm mais facilidade; regra para a festa: mulheres levam a comida e os homens levam a bebida; isso não é hora de mulher estar na rua; esse não é lugar de mulher. Esses dizeres retornam como um *sempre já-lá*, expressões que apenas reproduzimos como evidência de verdade.

Compreendamos, então, que o trabalho com o ideológico se materializa nas práticas sociais ao mesmo tempo em que está sempre no simbólico, numa relação em que “o homem [e a mulher] faz[em] história, mas esta também não lhe[s] é transparente”, (ORLANDI, 2009, p. 19, acréscimos nossos). Fazemos os acréscimos à citação como forma de apontar para os processos de contradição, reprodução e transformação que são próprios da história, e, portanto, também atravessam o/a analista. Há marcas de opressão, sobretudo, quando uma mulher, cientista e analista do discurso, submete sua escrita a formas linguístico-discursivas que apagam a importância da mulher na história. Diremos, portanto, que este acréscimo está como uma forma de marcar as atuais condições de produção e mostrar que os processos de (re)produção também abrem espaço para os processos de transformação. Dessa forma, é possível afirmar que, para que nossas ações se materializem, antes, partem do jogo de forças entre o simbólico e o social. O interdiscurso é o lugar das possibilidades de tudo dizer, da saturação dos sentidos, enquanto a memória é o lugar de brechas, de falhas e interdições, é o lugar afetado pelo assujeitamento.

É importante considerar que o mesmo processo de assujeitamento que afeta o sujeito pelo esquecimento número 1 – quando ele acredita ser a origem do dizer e o questionamento não é acessível a ele – também funciona através do esquecimento número 2. Pêcheux (2014) considera o esquecimento número 2 como um penetrar do sujeito numa zona mais próxima da consciência por um retorno ao seu discurso sobre si. Um exemplo bastante comum é quando o sujeito indica “Não era bem isso! Na verdade, o que eu queria dizer era...”, esse tipo de reformulação, segundo o autor, funciona através do que chama zona número 2, a zona dos processos de *enunciação*.

O teórico defende que a relação entre os esquecimentos “remete[m] à relação entre a condição de existência (não subjetiva) da ilusão subjetiva e as formas subjetivas de sua realização” (*ibidem*, p. 177, acréscimo nosso). Ainda assim, reafirma que é importante atentar para o fato de que o recalque, que evidencia o esquecimento nº 1, é o que regula a relação entre o dito e não-dito no esquecimento nº 2. Tendo em conta as reflexões sobre memória e esquecimento, assim como Stübe (2008), entendemos que

Falar é esquecer para que surjam novos sentidos e outros sejam recalcados. Há, então, uma ligação estreita entre memória e esquecimento. Esquecimento, aqui, está designando o que não foi sabido, mas toca o sujeito, um saber de cunho inconsciente. Isso aponta para o duplo requisito da memória: apagamento e conservação, ou seja, pode ser lembrado, conservado, porque foi apagado (*ibidem*, p. 58).

O esquecimento, portanto, está designando o que não foi sabido, e o não-saber é da ordem da memória, uma vez que é ela que traz à existência o que (não) é permitido ao sujeito que está inscrito em determinada FD. É assim que, retornando às palavras de Benedetti (1995), “o esquecimento está tão cheio de memórias que às vezes não cabem

as recordações”⁷, entendemos que nem todos os sentidos estão autorizados a este sujeito que funciona através da memória.

É pensando nestas questões que direcionamos nosso trabalho: entendemos que tratar do sujeito do discurso é estar diante de uma posição perpassada por uma memória que regulariza os sentidos possíveis para que ele enuncie, ou seja, estamos diante um sujeito que luta pela permanência da unicidade de sua posição com relação aos sentidos. Entretanto, esse mesmo sujeito pode estar suscetível a uma fragmentação da forma-sujeito e, através da porosidade, da heterogeneidade própria da língua, identificar-se com sentidos outros que não eram possíveis através da FD à qual estava vinculado.

3. Discurso, ideologia e sujeito

Considerada com uma das bases para o empreendimento teórico da AD, a contribuição teórica acerca dos Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 2003), doravante AIE, diz respeito às distintas instituições que funcionam predominantemente através da ideologia e, secundariamente, através da repressão. Podemos entender, a partir da teoria, por AIE, a escola, a igreja, a família, o jurídico, o cultural, *etc.* Essa forma de controle se sustenta pelo fato de que “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (*ibidem*, p. 85). Portanto, o centro desta tese está na natureza imaginária sobre a qual se ancora toda a transposição imaginária que é própria da ideologia. Assim, para o autor, a ideologia não representa o sistema de relações *reais* que governa a existência do indivíduo, mas as relações *imaginárias* com as relações reais sob as quais o indivíduo vive.

É buscando melhor elucidar o funcionamento dos AIE que o teórico traz a discussão sobre ideologia religiosa cristã, e aponta que ela não “diz” apenas através dos escritos na Bíblia ou dos seus teólogos, todavia faz-se presente, sobretudo, através de seus rituais e de suas práticas. O autor defende que é profundamente surpreendente o modo como a ideologia religiosa se dirige aos seus indivíduos transformando-os em sujeitos, causando o reconhecimento de tal forma que o sujeito ouve o sermão do Cristo Pascal “É por ti que derramei a gota do meu sangue” e sente-se corresponsável a ponto de enunciar “Sim! Sou eu!” e reconhecer que foi por ele/por sua alma o sacrifício da cruz. Sobre esse processo de interpelação dos indivíduos em sujeito religioso cristão, o autor afirma: “só existe uma tamanha multidão de sujeitos religiosos possíveis sob a condição absoluta da existência de um Outro Sujeito Único, Absoluto, ou seja, Deus” (*ibidem*, p. 100). Essa interpelação em nome do Sujeito funciona de modo a estabelecer uma “dupla relação especular que submete os sujeitos ao Sujeito, onde qualquer sujeito pode contemplar sua própria imagem [...] aqueles que tiverem reconhecido Deus e se reconhecido nele serão salvos” (*op. cit.*).

É por compreender o funcionamento regulador do AIE Igreja que admitimos que, nas práticas discursivas que ainda serão analisadas, o cristão imbrica-se ao funcionamento do discurso, fazendo-o significar de acordo com a delegação discursiva, noção assinada por Godoy (2019). Para a autora, a delegação seria um mecanismo de imposição do silenciamento sobre um sujeito, ora pela execução de seu corpo, ora pela morte simbólica (não excetuando a possível simultaneidade de ambos processos, como nos aparelhos repressivos e ideológicos de Estado). Em sua teorização, Godoy (2019), partindo da

⁷El olvido está tan lleno de memoria que a veces no caben las remembranzas.

categoria lacaniana de Sujeito-suposto-Saber (SsS1), definido enquanto “um saber supostamente superior e sem falhas, total, totalitário” (*ibidem*, p. 64), propõe duas categorias: i) sujeito-opressor; e ii) sujeito-oprimido (SsS2), sobre os quais recai o funcionamento da delegação.

Usando o sintagma “em nome de”, a autora alerta-nos sobre tal significante que, enunciado pelo sujeito-opressor, produz silenciamento sobre o saber de SsS2, que, destituído de suas vontades, é relegado ao desejo que supostamente SsS1 possui sobre SsS2, controlado pelo auto investido poder do sujeito-opressor. Dessa maneira, lembramos Godoy (2019), é preciso ampliar a conceituação sobre a luta de classes para agregar, também, a ordem médica e a jurídica. Essa abertura a novas categorias justificar-se-ia, de certo, pelo funcionamento da formação social a que estamos submetidos, produzindo efeitos no discurso, que ressoam pela articulação entre ideologia e inconsciente.

4. Maternidade: missão ou escolha?

Vendo Raquel que não dava filhos a Jacó, teve inveja de sua irmã, e disse a Jacó: Dá-me filhos, senão morro.
Gênesis, 30:1, Bíblia Sagrada.

Como temos discutido, a AD de ordem materialista oferece-nos as bases teóricas para observarmos a “determinação histórica dos processos de significação” (ORLANDI, 1996, p. 12). O olhar sobre essas *determinações* implica considerar a historicidade *inscrita* nos textos e observar como o sujeito é afetado pelos processos de contradição. Assim, tomaremos como ponto de partida *textos* postados no *Instagram*, meio pelo qual buscaremos observar como, no discurso, materializam-se questões da ideologia em sua relação com o inconsciente atravessando o sujeito através de dizeres sobre a maternidade. Fazem parte do nosso *corpus* analítico 3 publicações do perfil A maternidade em mim, que, dentre outras publicações, continham, discursivamente, o significante maternidade e significantes correlatos.

É importante considerarmos as condições de produção das materialidades em análise, uma vez que essa delimitação já se configura como gesto de análise. Debruçamo-nos sobre um perfil do *Instagram* que traz, na descrição, “Reflexões e trocas de experiências sobre a maternidade” e configura-se como uma série de registros da narrativa sobre a experiência pessoal de uma mulher, um processo que varia entre de lutar contra e lutar para conseguir gestar e tornar-se mãe. Contudo, interessa-nos analisar os atravessamentos ideológicos que interpelam aquele indivíduo empírico em sujeito do discurso e não as questões próprias do sujeito empírico.

As postagens⁸ seguem uma continuidade que faz referência a uma ordem sequencial sobre o desenvolvimento da sua relação com a maternidade, o que também funciona como um efeito de temporalidade. No que diz respeito à materialidade em análise, visto que consideraremos o efeito do imagético na constituição de sentidos, é importante acatar a teorização de Lagazzi (2009) acerca da materialidade significativa. Para a autora, a compreensão sobre as materialidades discursivas pode ser ampliada a fim

⁸ Na SD1, realizamos um apagamento no rosto da autora visto que ao analista de discurso não importa o sujeito empírico, mas sim o sujeito do discurso, afetado simultaneamente pela ideologia e pelo inconsciente. Outrossim, optamos por tal devido ao nosso desejo em preservar a identidade da autora, ainda que referenciada a publicação.

de observar o funcionamento do simbólico em distintas estruturas materiais não necessariamente vinculadas ao linguístico, as quais significa(ria)m pela composição. Desse modo, justapostas na discursividade, as materialidades significantes são afetadas pelo simbólico, que, por ele, se imbricam e, pela contradição, significam.

Figura 2 – Sequência Discursiva 1



Fonte: A maternidade em mim (2020)⁹.

Iniciaremos as análises das Sequências Discursivas (doravante SDs) a partir de uma postagem que traz como elementos o texto verbal, além da foto ajustada ao lado esquerdo do *card*¹⁰, em tons lilás e branco, mantendo harmonia com a identidade visual do *feed*¹¹. Na foto, uma mulher gestante sorri e exibe expressão facial de gratidão, sua cabeça está sutilmente elevada ao céu, uma de suas mãos está sobre o peito/coração, enquanto o outro braço forma uma espécie de abraço sobre o ventre. A Figura 2 apresenta um fundo de imagem com cenário primaveril e que não foge da paleta de cores presente no longo vestido da gestante, convergindo com os tons da identidade visual que compõem todo o perfil da página.

Tendo em vista que o texto imagético não é transparente e conta, portanto, com o funcionamento do simbólico no seu processo de interpretação, diremos que, na leitura dessas imagens, também imbricam-se questões da historicidade do discurso. Assim, contaremos com a análise das materialidades verbais e imagéticas para compreender os sentidos historicamente estabelecidos na SD em questão.

Retornemos ao enunciado “É *por meio* da maternidade que compreendemos o amor divino”. O emprego da locução *por meio de* indica a maternidade como instrumento/ritual para alcançar a graça de não ser apenas uma mulher comum, mas de estar conectada à divindade suprema, ao Sujeito por excelência. Observemos que o texto

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCWVeADBkI0/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

¹⁰ Publicação comum às redes sociais, de formato quadrado. Em tradução livre, poderíamos compreendê-lo como “Cartão”.

¹¹ *Feed*, aqui, deve ser compreendido como a linha do tempo de um perfil, organizada a partir da ordem cronológica das publicações.

imagético corrobora com o enunciado acima ao dispor da imagem de uma gestante com olhar de graça e complacência em direção ao céu.

Adentrar nessas análises requer de nós um olhar sobre a memória discursiva em torno do *ser-mulher* e observar qual recorte será realizado pela FD à qual o sujeito está filiado e, portanto, quais sentidos são possíveis acessar por esse sujeito. Como discutido na seção anterior, a ideologia religiosa cristã funciona através de uma estrutura especular duplicada que permite ao sujeito ver sua própria imagem no Sujeito (o Sujeito Supremo) como defendido por Althusser (2003). O funcionamento ideológico mediará a forma como esse sujeito vê o mundo e a mediação ocorrerá através do recorte de uma memória que (re)produz sentidos sobre a maternidade, vinculando o gestar e o cuidar à condição de realização do propósito maior, da plenitude feminina e do ritual de passagem *por meio da qual* receberá poderes divinos.

É pensando nos processos históricos de contradição e (re)produção que questionamo-nos sobre os desdobramentos dessa memória que regulariza uma rede parafrástica¹² na qual é possível observarmos a presença de formas de reconhecimento e mérito que coloca a mulher-mãe no topo de uma hierarquia que lhe permite adjetivos e definições elogiosas, ao passo que também responsabiliza-lhe individualmente pelos cuidados com o(a)s filho(a)s.

Entendemos, portanto, que o enunciado que toma a maternidade como ritual de passagem para alcançar a plenitude do amor remete à rede parafrástica que regulariza dizeres sobre a mulher-mãe como vocação, dom divino, missão, heroína. Essa regularidade da rede parafrástica traz em comum a sedimentação de sentidos sobre o *gestar* e o *cuidar* como um ritual que, de alguma forma, “gradua” a mulher ao posto de mulher-mãe-divina. Entretanto, entendemos que esses sentidos em torno das designações elogiosas resultam em uma dissimulação da responsabilização da mulher sobre todos os cuidados no que diz respeito ao(à) filho(a). Isto é, essa responsabilização, revestida de superpoder, resulta na responsabilização da mulher-mãe-divina através do apagamento do lugar de corresponsabilidade paterna. É por meio do funcionamento discursivo regulado no centro do AIE religioso que o desdobramento especular da imagem sujeito-Sujeito (Deus) naturaliza não apenas o protagonismo da mulher-mãe-divina na criação do(a)s filho(a)s, mas carrega também a desigualdade nas atribuições das responsabilidades materna e paterna.

Destacamos, ainda, que, nesse funcionamento, há também o peso sobre aquelas mulheres que não poderão gestar e, portanto, passar pelo ritual *por meio do qual compreenderão o amor divino*, como a personagem bíblica que suplicou ao seu marido “Dá-me filhos, senão morro!”. Ainda que Raquel não pudesse gestar¹³, restaria a ela a tentativa de ter filho(a)s para cuidar e, assim, pudesse chegar o mais perto possível de assumir o papel que lhe caberia enquanto mulher: maternar.

¹² Pêcheux (2019), em sua tese de doutorado intitulada *Análise Automática do Discurso*, pontua que, na relação de substituição contextual, em que os sentidos deslizam, ao qual atribui a designação efeito metafórico. Ou seja, deslizando de “a” para “b”, os sentidos de “a” e de “b” compõem uma mesma matriz de sentido, ainda que possam ter diferentes efeitos, relacionando-se pela via da paráfrase e da polissemia, o mesmo e o diferente. O efeito metafórico, o deslizamento de sentido, aconteceria, desse modo, tendo em vista as condições de produção do discurso, entendidas como as condições sócio-históricas de funcionamento discursivo, sem as quais o(a) analista de discurso não pode construir gestos de análise a partir do dispositivo teórico-metodológico.

¹³ O versículo da epígrafe narra a súplica de Raquel para que seu marido concordara com a proposta de ter relações sexuais com sua serva a fim de que o filho gerado fosse recebido como herdeiro do casal.

Figura 3 – Sequência Discursiva 2

a.maternidade.em.mim O instinto materno pode iniciar na infância, de forma lúdica, quando as meninas brincam de bonecas.
Quando criança, eu não gostava de brincar com bonecas, preferia outras brincadeiras.
Dito isto, anos mais tarde iniciei o namoro, com quem seria meu esposo.
A fala sobre casamento ocorreu precocemente, quando as coisas começaram a ganhar forma com o noivado, data e a escolha do vestido, expressei através de uma conversa que não gostaria de ser mãe, não tinha o desejo de explorar a maternidade.
Casamos em 2012, com meses de casados a cobrança para os filhos começaram, com falas do tipo: - "Aí quando vem o bebê", "não espera ficar velha para ter não", "Todo casal precisa ter filhos", e muitos outros comentários neste sentido.
No início eu brigava, falava que não era obrigada a ser mãe, batia o pé e dizia que um filho não fazia falta em nossa relação, nos sentimos completos.
As pessoas não sabiam do medo que eu tinha de passar por uma gestação.

Continua...

5 de julho · Ver tradução

Fonte: A maternidade em mim (2020)¹⁴.

Na SD2, sinalizamos que a publicação faz parte de uma série de publicações feitas no/pelo perfil. Considerando as demais publicações que não foram selecionadas para as análises, notamos que a narrativa é feita cronologicamente; isto é, ao iniciar a escritura das publicações e ao planejar a série que viria, a autora, sujeito que (re)produz discurso sobre a maternidade, já experienciou toda a história ainda a ser contada em suas publicações. Entendendo que não apenas a história, enquanto cronologia, afeta a escritura, mas também os efeitos do ideológico no discurso, observamos, a partir da análise, o funcionamento da memória e do pré-construído como determinantes na estabilização e sedimentação de sentidos no interior da FD.

Em um primeiro momento, a autora remete à infância, um dos vários momentos em que nós, sujeitos, somos afetados pelas práticas discursivas. Em uma delas, material e diretamente ligada à infância, as crianças são interpeladas, em sua maioria, desde sempre, a brincadeiras que se diferem entre o gênero, ou seja, os dizeres “coisa de menino” e “coisa de menina” separam, ainda que no plano imaginário, as representações sobre os objetos simbólicos. Dessa maneira, vemos, logo no início da sequência, uma marcação que remete a essa memória, “as meninas brincam de boneca”, o que poderia surgir, ao(à) leitor(a) como obviedade. Contudo, entendendo a opacidade da língua, compreendemos que, nessa primeira parte da SD, enfrentam-se memórias, que dividem o enunciado e, nele, buscam dominância uma vez que é citado o “instinto materno”, o que nos parece ser tomado como algo natural, algo que seria próprio do feminino. Em analogia, retornamos à formulação de Pêcheux (2014) sobre o funcionamento da

¹⁴ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCRU4dNBDxh/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

ideologia posto que é ela (a ideologia) que produz no sujeito a impressão de literalidade do significante, o “‘sempre-já-ai’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma de universalidade” (*ibidem*, p. 151).

Notamos que aí funciona o efeito de pré-construído, estabilizado pela memória. Em contrapartida, percebemos que a autora remete à narratividade “clássica” para se opor a ela, visto que pontua que, em sua infância, não seguia parte das normatizações de gênero a ela fornecidas-impostas. Com isso, a autora, que remonta à sua infância, e, concomitantemente pela contradição, ao presente, contraidentifica-se, num gesto de resistência às condições impostas, ao funcionamento do discurso sobre a maternidade, identificando-se a enunciados possíveis do discurso feminista.

Decorridas as circunstâncias descritivas de seu relacionamento, que não serão abordadas, ressaltamos a entrada do enunciado linguístico-discursivo “expressei através de uma conversa que não gostaria de ser mãe, não tinha o desejo de explorar a maternidade”. No relato feito, a autora põe no fio do discurso, em que age o interdiscurso por meio do esquecimento do sujeito, o desejo de não maternar, o que nos expõe o seu desconforto acerca desse imaginário de que a mulher é forçada a ser mãe, pois não identificamos um momento em que fora perguntada sobre a perfilhação. Disso, percebemos que funcionam as formações imaginárias, nos termos de Pêcheux (2019), uma vez que ela pressupõe que, ao casar, haverá cobranças sobre a maternidade, o que se sustenta pelo atravessamento do discurso religioso, o qual antecipa a necessidade de engravidar à autonomia do/pelo corpo. O funcionamento descrito confirma-se no restante da SD, em que são citadas, via discurso direto, falas de amigos, conhecidos e/ou parentes que questionavam sobre a maternidade sem que ela, mulher que geraria o feto, fosse perguntada sobre seu desejo.

Desse modo, já era esperado que ela, enquanto mulher, objetivasse ter filho(a)(s), porém apenas a ela direcionavam-se os enunciados, visto que ela não se refere ao seu marido como alvo dos questionamentos. Até aqui, toda a responsabilidade e a cobrança assentam-se sobre seu corpo, que deixa, simbolicamente, de ser seu e passa à posse de outrem, marido, família, sociedade, igreja. Apesar do funcionamento impositivo e incisivo das práticas sobre seu corpo, ela resiste, contrapõe-se às formulações que lhe viriam afetar. Nesses enunciados, vistos por sua forma material, opera, poderíamos dizer, uma formação discursiva progressista, na qual a identificação não é plena haja vista que aponta para um funcionamento não regular, materializado na última oração da SD. Com efeito, o seu ainda não desejo é mascarado pelo medo de gerar.

A esse movimento de leitura, podemos atribuir ao funcionamento do inconsciente no discurso em virtude do sujeito, sublinhadas as condições de produção, ser diretamente afetado pela discursividade religiosa-cristã, apoiada no trabalho simbólico do AIE religioso. É do entrecruzamento da ideologia e do inconsciente que a memória significa, de maneira que alguns sentidos parecem-nos evidentes ao passo que outros nem são lembrados, contudo ecoam no discurso e produzem sentidos. Pela memória que reverbera no discurso é que enxergamos além do aparente; na FD em que o discurso significa, a falha no ritual da interpelação, o furo deixado na/pela ideologia, aponta-nos àquilo que fora recalcado e, agora, retorna, desponta ao não-dito, torna-se cicatriz da memória.

Figura 4 – Sequência Discursiva 3

a.maternidade.em.mim 2017!

Meu esposo participou de um evento cristão chamado "Face a Face" com Deus.

Em uma das palestras sobre família e filhos, percebeu o quão importante era ter um filho, no decorrer da palestra considerou a possibilidade de ser pai.

Quando retornou para casa, ao término da nossa oração, comentou sobre o que havia acontecido no Face a Face, e sugeriu que tentássemos ter um bebê!

Fiquei desnorteada, afinal ele sabia que eu não queria ser mãe, não me sentia preparada.

Após o choque devido a conversa daquela noite, fiquei com meu coração tão pesado.

Comecei a orar, pedi perdão a Deus, pois não via em mim capacidade para ser mãe, mas que no entanto Ele fizesse a vontade dEle, independentemente do que eu queria, e caso a vontade dEle fosse que tivéssemos um bebê, que eu pudesse ser curada dos meus medos e inseguranças, e que antes de gerar um bebê em meu ventre, que fosse gerado em meu coração.

Continua....

11 de julho • Ver tradução

Fonte: A maternidade em mim (2020)¹⁵.

Na terceira SD, a materialidade significativa de ordem imagética não se constitui como um critério de análise tendo em vista a sua constituição não tão expressiva na constituição de sentidos da publicação. A imagem, então, funcionaria, em linhas gerais, como um suporte para a circulação da materialidade linguística que está abaixo da imagem, que diz respeito à paternidade, título da publicação¹⁶. Por tratar-se de uma publicação que aborda a paternidade, a evidência de seu início levar-nos-ia a acreditar num acordo entre marido e esposa. Contudo, entendendo pela via da AD, não podemos admitir apenas os sentidos dados como evidentes pela dicionarização da língua, ou pela “simples” relação sintático-semântica entre os termos, tomados apenas pela ordem linguística, apagando o funcionamento da historicidade na (re)produção de sentidos.

Com esse recorte teórico, passamos à descrição dos enunciados que compõem a materialidade e encontramos, a princípio, uma menção a uma figura divina, Deus, marcado com inicial maiúscula, remetendo a um Deus que não é qualquer Deus, é o Deus cristão, do catolicismo e do protestantismo (divisões às quais não nos deteremos), o que é afirmado antes pela proposição “evento cristão”. No seguimento da publicação, a autora coloca-nos que seu marido, ao voltar para casa, relata o ocorrido e sugere a gravidez como uma possibilidade.

Nesse momento, é válido perguntar-nos: por que o homem deseja ser pai e, ao dialogar com a provável mãe, não a pergunta se ela gostaria de ser mãe? Sob esse ponto, uma análise possível dirige-se pela vertente do poder sociohistoricamente dado ao homem

¹⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CCgmnZBhiNh/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

¹⁶ Aqui, não consideramos a materialidade imagética como ideologicamente vazia.

de, no casamento, tomar as decisões ditas importantes, como ter um filho. Assim, a mulher, ainda que não deseje ser mãe, vê-se submetida a ouvir o cônjuge e segui-lo. Essa atitude responsiva, por nós, vista pelo silêncio, pela não resposta em um enunciado concretizado pela língua, é marcada pela memória, que, sendo lacunar, ecoa no discurso e produz sentido, a qual, conforme Pêcheux (2015),

pode [...] produzir retrospectivamente produzir uma outra série sobre a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula implícitos associados ao sistema de regularização anterior (*ibidem* p. 46).

A memória que ora aparece pela evidência ora pelo não-dito caminha entre o discurso religioso cristão “clássico” e um outro mais dos dias atuais. A essa distinção, podemos atribuir dois desdobramentos: i) o homem enquanto detentor do controle e da chefia familiar (clássico); ii) o homem participativo em questões religiosas, as quais sempre foram ditas como obrigações femininas. Memórias que, ao passo que se associam, se enfrentam na/pela língua.

Na continuidade da SD, a autora descreve sobre sua reação, ressaltamos, pelo silêncio, enunciada apenas em pensamento; notamos uma transição entre as tomadas de posição do sujeito sobre a maternidade. Primeiro, a admissão de que não deseja a maternidade (“afinal ele sabia que eu não queria ser mãe”); em seguida, sinalizada a divisão apenas por uma vírgula¹⁷, afirma que não se sentia preparada. Ou seja, agora, ela estaria interpelada a ser mãe, mesmo que antes não o desejasse. A não preparação passa a ser uma verdade sobreposta ao seu desejo. A visada divina tida pelo marido coloca-se acima de sua vontade, do controle sobre si, o que segue significando pelas súplicas feitas ao deus em que acredita, pelos perdões pedidos por não estar preparada para algo que “deveria” estar, uma vez que a maternidade seria uma missão. Ao que nos parece, funciona a delegação discursiva, de forma similar à que Godoy (2019) apresenta-nos, pela investida de poder de um sujeito a um corpo e a uma autonomia não sua. Funcionam, portanto, SsS1 (Sujeito-suposto-saber) como Deus, o sujeito que, “sem falhas, contradições e equívocos, não pode ser questionado, tendo as suas vontades apenas seguidas tal como “foram” dadas. Sujeito-opressor na figura de seu marido, visto que foi dada a ele a possibilidade de decidir sobre a perfilhação, não à mulher, que teria em seu corpo um outro corpo em formação, um corpo: i) não desejado; ii) de suposta extensão; iii) de ordem divina. Nesse sentido, Sujeito-opressor age *em nome de* Deus para satisfazer a sua vontade paterna sobre SsS2 (sujeito-oprimido), sua esposa, que, na condição que lhe é ofertada, fortificada por sentidos de submissão e aceitação, embora se questione, aceita os planos que Deus teria acerca de sua vida.

Equiparadas as formulações SsS1 e homem/marido e SsS2 e mulher/esposa, emergem sentidos que aparecem, pela falsa transparência do sentido, como pré-determinados, fixados, não questionados. Sentidos de obediência, submissão, aceitação sustentam-se pelo que chamamos em AD de pré-construído, aquilo que produz no sujeito a impressão da literalidade do sentido, como se o sentido sempre estivesse ali, colado à palavra, ao enunciado. O pré-construído aí funciona pela naturalização de sentidos, fazendo-nos, em uma prática cega às contradições do discurso, não questionar as relações desiguais entre homens e mulheres nas sociedades contemporâneas, visto que essas

¹⁷Gramaticalmente, a vírgula marcaria apenas a divisão entre orações em um período, aqui significa além da organização da língua.

mesmas relações são sustentadas pela luta de classes. Na luta de classes, além das oposições econômicas, homens e mulheres são direcionados a distintas ocupações profissionais e decisões pessoais, bem como tantas outras que, por ora, não cabem à análise. Dessa forma, a *maternidade*, embora carregue a raiz {mater-}, prefixo de origem latina que se liga aos sentidos *sobre* a mulher, é colocada abaixo da decisão da *paternidade*, cuja análise morfológica e histórica se dá apenas pela inversão de gênero. Isto é, maternidade e paternidade, consideradas as relações cis-heteronormativas, que deveriam estar organizadas pela equidade, ou melhor, pela decisão da mulher sobre seu corpo, são apoiadas numa relação de classes que, historicamente, subordina a mulher e o seu corpo ao desejo masculino, ao poder clérigo, ao sistema econômico capitalista. Desejo reafirmado pela discursividade religiosa, que, em vertentes conservadoras, atribui ao homem o poder sobre a casa, sobre a mulher, sobre os filhos, enquanto a mulher deveria ser ouvinte, passiva, subserviente aos desejos desse homem, que é fortalecido pelo jogo de formações imaginárias sobre masculinidade, feminilidade, família.

A título de comparação e, como própria do discurso, de contradição, na história bíblica, Maria, conforme o capítulo de Lucas, foi *avisada* por um anjo que engravidaria de Jesus. Pela evidência, uma inversão das posições. Indo a fundo, observamos, mais uma vez, o funcionamento da delegação. Contudo, na escritura bíblica, SsS1 e sujeito-opressor formam uma amálgama uma vez que é o Sujeito onipotente que diz, por meio do anjo Gabriel, seu intermediário, que a chegada de Jesus ao mundo seria por Maria, SsS2, sem que ela pudesse escolher sobre sua maternidade. Ainda em sujeito-opressor, constatamos uma divisão em sua constituição visto que tanto o deus cristão quanto o anjo Gabriel ocupam essa posição, posição de determinação do futuro de uma mulher. Isso diz-nos, pela opacidade da língua, que a posição-sujeito mulher está, via de regra, autorizada a enunciar apenas dentro dos limites da possibilidade de um outro sujeito, homem e/ou divino. Assim, nas análises, a posição de SsS2 tem a opressão como uma regularidade.

Pensando em divisões a nível de formação discursiva, podemos pontuar aqui que, na FD da maternidade, há posições sujeito que diferem, na ordem empírica e discursiva, no que diz respeito ao gênero. Assim, identificamos a presença de, pelo menos, duas posições-sujeito, a posição-sujeito homem e a posição-sujeito mãe-mulher. Por que não, haja vista que o gênero foi mencionado como categoria para definição da FD, apenas considerar a posição-sujeito mulher? Justificamos a escolha metodológico-analítica tendo em vista que, no discurso, a maternidade aparece como uma obrigação, como uma determinação do divino, que é materializada pelo homem. Desse modo, para que se seja mulher, de acordo com o discurso religioso/bíblico/cristão, antes, é necessário que a mulher aceite a sua suposta natureza materna. A maternidade, então, não seria uma escolha, na qual o sim e o não podem ser respostas, mas uma condição de existência do sujeito-mulher, uma condição para que possa dizer: sou mulher.

Pela paráfrase, chegamos a desdobramentos: i) sou mulher, pois sou mãe; i.i) uma vez que agora sou mãe, sou mulher; i.i.i) uma vez que agora serei mãe, serei mulher. A posição-sujeito mãe-mulher teria, por analogia, enquanto enunciado, o silêncio, que lhe é imposto e naturalizado pela luta de classes, motor da história, que faz funcionarem discurso e sujeito como indissociáveis, e pelo discurso cristão, os quais interditam (até a fronteira imaginária permitida) a inversão da relação ideológica de *mãe-mulher* para *mulher-mãe*. O complemento, antecedido pelo hífen, marca não apenas uma complementaridade no significante linguístico, afetando além de sua literalidade. A inversão na palavra, se proposta e se marcada, revela sentidos que se opõem, ora pela subordinação de um corpo ao outro, silenciando autonomias e desejos, ora pelo reconhecimento e assunção desse mesmo corpo, em que a cicatriz da violência nas ordens

física e simbólica surge como sintoma da memória que esburaca o discurso e, nele, se (re)significa.

5. Considerações finais

A partir do gesto analítico que desenvolvemos neste artigo, foi possível constatar a movência da memória nos processos de sustentação de um sentido a respeito da maternidade, o qual é validado e produz efeito de naturalidade por meio do funcionamento do aparelho ideológico da igreja. Compreendamos, então, que o trabalho com o ideológico materializa-se nas práticas sociais ao mesmo tempo em que está sempre no simbólico.

Portanto, quando pensamos nos imaginários sobre a maternidade devemos levar em consideração o atravessamento entre o linguístico e o histórico, que fazem retornar os sentidos já estabelecidos e que aparecem ao sujeito como as verdades inquestionáveis, como na SD1 “é por meio da maternidade que conhecemos o amor divino”. Ao passo que o lugar da paternidade – ou de outro(a) parceiro(a) que assuma o papel da partilha – é silenciado na criação do bebê, são reforçadas sobre a maternidade as exigências de cuidado com o(a)s filho(a)s, além de uma expectativa de experiência quase *mística* como dádiva da maternidade.

Dessa forma, é possível afirmar que, nas análises feitas, a autora, vista enquanto sujeito do discurso, esteve identificada a enunciados de formações discursivas distintas visto que, dotada de porosidade, a FD não aprisiona o sujeito, proibindo-o de significar em uma FD que não aquela pela qual é assujeitado. Tomar esta pela contrariedade far-nos-ia cair numa ilusão de completude, na qual sujeito e sentidos estão sempre pré-determinados e a nós, sujeitos, caberia aceitá-los cegamente, em que a memória, lugar de brechas, de falhas e interdições, lugar afetado pelo assujeitamento, não agiria.

Referências

- ALMEIDA, J. **Bíblia Sagrada**: corrigida fiel. 1994. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/30>>. Acesso em 30 jul. 2020.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 4. ed, 2003.
- BENEDETTI, Mario. **La memoria está llena de olvidos**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1995.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.
- GODOY, Ana Boff de. A delegação discursiva como modo de funcionamento do exercício de poder e silenciamento: em nome do quê se operam discursos e práticas? *In*: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele Stockmans; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. **Sujeito, sentido, resistência**: entre a arte e o digital. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- GOMES, Marina Maria da Glória. **A ludicidade nas tramas da leitura**: o jogo mobilizador de sujeito, lugares e sentidos no livro didático de língua espanhola. 2019. 167f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.

- INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- LAGAZZI, Suzy. Recorte significativa na memória. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange. **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Editora Claraluz, 2009.
- NORRA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas: Pontes Editores, 1996.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre. *et al.* (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgenderidade como normatividade**. 243p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Salvador, 2015.
- STÜBE, Angela Derlise. **Tramas da subjetividade no espaço entre línguas: narrativas de professores de língua portuguesa em contexto de imigração**. 230p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.